



AUDITORIA INTERNA DO INSS

**RELATÓRIO ANUAL DE
AUDITORIA INTERNA**

RAINT 2016

Fevereiro/2017



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA OS QUAIS FORAM REALIZADOS DE ACORDO COM O PAINT.	2
II. ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICAÇÃO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES.	13
III - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, COM INDICAÇÃO DE SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS.	31
IV - RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO.	34
V - DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS.	36
VI - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS.....	39
VII - QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE ELABORAÇÃO DO PAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR.....	44
VIII - DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48



INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT apresenta informações sobre os trabalhos realizados durante o exercício de 2016. Foi elaborado de acordo com as Instruções Normativas (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015 e nº 06, de 19 de novembro de 2015, que estabelecem normas de elaboração e acompanhamento da execução das entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna executou sua programação de modo a cumprir o PAINT/2016, o qual foi definido com base nos processos elencados na Matriz de Análise de Processos Críticos, resultando na identificação das ações prioritárias ao longo do exercício.

Neste Relatório, também se apresentam as atividades realizadas de acordo com a carga horária relativa às ações especiais ou não planejadas, além das ações de desenvolvimento institucional e de fortalecimento da Auditoria Interna.

Os trabalhos realizados cumpriram seus propósitos de assessoramento aos gestores, com indicação dos pontos que fortalecem a gestão no âmbito operacional, gerencial e estratégico, para fins de demonstração do desempenho do Órgão no que tange aos seus direcionadores, objetivos e metas, conformidade e operacionalidade, estabelecidos no planejamento estratégico.

O relato das atividades de Auditoria Interna, de acordo com o Artigo 15, da IN nº 24/2015, contém a seguinte estrutura:

I - Descrição dos trabalhos de auditoria interna os quais foram realizados de acordo com o PAINT;

II - Análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicação das ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;

III - Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, com indicação de sua motivação e seus resultados;



IV - Relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAIN'T não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;

V - Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;

VI - Descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;

VII - Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAIN'T, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e

VIII - Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

I - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA OS QUAIS FORAM REALIZADOS DE ACORDO COM O PAIN'T.

Cumprindo as competências regimentais e em estreita consonância com o Planejamento Estratégico do INSS, a Auditoria Interna desenvolveu as atividades aprovadas no PAIN'T/2016. As ações realizadas guardaram conformidade com as necessidades do Instituto, abrangendo os aspectos relacionados à relevância e materialidade e, ainda, temas de caráter crítico para a administração, com maior probabilidade de ocorrência de desvio de normalidade, além dos apontamentos registrados pelos órgãos de controle interno e externo.

O PAIN'T contemplou a programação de auditorias na Administração Central e em todas as Superintendências Regionais, Gerências-Executivas, incluindo, conforme o caso, as Agências da Previdência Social, levando em consideração os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para a realização das competências técnicas (conhecimento, habilidade e atitude) e os requisitos dispostos em normativos provenientes dos órgãos reguladores e dos órgãos de controle interno e externo, e ainda, os padrões de trabalho de auditoria estabelecidos no Manual de Auditoria Interna (MAI).



▪ Foram realizadas e concluídas, no exercício de 2016, 15 Macroações em âmbito nacional, e uma referente ao exercício de 2015, totalizando a execução de 723 ações, contando com a participação dos servidores em exercício na Auditoria Interna do INSS.

▪ A Macroação nº 06/2016 foi finalizada durante o exercício de 2016 e se encontra pendente de consolidação dos resultados.

▪ A Macroação nº 08/2016 foi subdividida em 08 A e 08 B, com a finalidade de contemplar ações individualizadas relativas à Folha de Pagamento de Benefícios do RGPS e Pagamento Alternativo de Benefícios e Créditos Diários.

▪ As Macroações nºs 09, 11 e 12/2016 não foram desenvolvidas no decorrer do exercício, em face das questões administrativas que inviabilizaram a elaboração de Programa de Auditoria, a exemplo da indisponibilidade orçamentária e reestruturação organizacional da Auditoria.

▪ O demonstrativo a seguir apresenta o detalhamento das Macroações de Auditoria, a Unidade responsável pela execução e o quantitativo de ações realizadas pela Auditoria Interna do INSS.

Quadro 1 – Ação de Auditoria Interna prevista em 2015 e concluída em 2016.

Ação concluídas em 2016		Unidade Executora	Total
04	Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS.	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	21
TOTAL			21

Fonte: AUDGER/ PAINT 2015 e 2016



Quadro 1.1 – Ações de Auditoria Interna previstas e concluídas em 2016.

Macrações concluídas em 2016		Unidade Executora	Total
1	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços Continuados	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	136
2	Auditoria no Processo de Gestão de Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	29
3	Auditoria no processo de Gestão de Pessoas	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	106
4	Auditoria no Processo de Gestão da Avaliação Contábil	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	106
5	Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento	Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna	21
6	Auditoria no Processo de Gestão da Aposentadoria por Invalidez	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	42
7	Auditoria no Processo de Gestão de Benefícios por Incapacidade	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	01
8.A	Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS (Folha de Pagamentos)	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	104
8.B	Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS (Pagamento Alternativo de Benefícios/Créditos Diários)	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	104
10	Auditoria no Processo de Gestão dos Benefícios de Segurados Especiais Rurais	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	41
13	Auditoria de Acompanhamento do Cumprimento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU	Auditoria Interna do INSS	03
14	Auditoria de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU	Auditoria Interna do INSS	03
15	Auditoria de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Auditoria Interna	Auditoria Geral do INSS	03
16	Auditoria de Avaliação do Relatório de Gestão do INSS	Auditoria Interna do INSS	01
17	Auditoria Indireta Compartilhada (INSS x CGU) – Avaliação do Processo de Auxílio Doença Previdenciário e Acidentário – Auxílio Reclusão	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	01
18	Auditoria de Acompanhamento do Processo de Cobrança Administrativa	Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios	01
SUBTOTAL			702
TOTAL			723

Fonte: AUDGER/ PAINT 2015 e 2016



Macroações concluídas no exercício

Macroação nº 01/2016	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços Continuados
Área	Orçamento, Finanças e Logística
Unidades	Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Análise quanto ao cumprimento dos princípios legais e normas administrativas, examinando os pontos relacionados à restrição da competitividade, às especificações e quantitativos, ao cumprimento das orientações jurídicas, à atuação dos gestores e fiscais dos contratos, ao monitoramento dos aditamentos e das planilhas de custos e formação de preços, ao atesto dos pagamentos e liquidação da obrigação, às repactuações e equilíbrio financeiro, visando avaliar se os processos encontram-se instruídos adequadamente, de acordo com suas características e finalidades.
Total de Ações	136
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2016
Recursos Humanos	18 servidores

Macroação nº 02/2016	Auditoria no Processo de Gestão de Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS
Área	Orçamento, Finanças e Logística
Unidades	Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Avaliação do Planejamento e implantação pelo Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) das novas Agências da Previdência Social (APS) em relação aos critérios/parâmetros utilizados para escolha das localidades permitindo manifestação quanto a sua suficiência e a garantia de níveis adequados de produtividade no que se refere à demanda atendida, localização geográfica e custos operacionais, bem como avaliação da utilização da garantia, em caso de inexecução contratual e defeitos construtivos após a entrega do objeto.
Total de Ações	29
Cronograma Executado	Abril a Dezembro/2016
Recursos Humanos	18 servidores



Macroação nº 03/2016	Auditoria no Processo de Gestão de Pessoas
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Direção Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Acompanhamento dos procedimentos adotados pela linha de execução em relação aos processos de inassiduidade habitual e progressão/promoção funcional para certificação da consistência legal, regulamentar, normativa, operacional e sistêmica dos registros no Cadastro de Pessoal e Folha de Pagamento, avaliando os controles operacionais quanto a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.
Total de Ações	106
Cronograma Executado	Julho a Novembro/2016
Recursos Humanos	18 servidores

Macroação nº 04/2016	Auditoria no Processo de Gestão da Avaliação Contábil
Área	Orçamento, Finanças e Logística
Unidades	Administração Central do INSS, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Monitoramento do Balancete do Órgão, exercício 2016, para fins de identificação quanto à aderência das apropriações em conformidade com a natureza das contas contábeis e suas exigências, e avaliação do desempenho das Unidades Gestoras em relação aos registros relativos à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.
Total de Ações	106
Cronograma Executado	Junho a Novembro/2016
Recursos Humanos	16 servidores

Macroação nº 05/2016	Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento
Área	Atendimento
Unidades	Agências da Previdência Social
Escopo	Análise do planejamento da gestão e do atendimento agendado, da capacidade operacional e das condições de infraestrutura de atendimento das unidades incluídas no plano amostral com desdobramento para a população das unidades, bem como dos indicadores de desempenho e metas estabelecidas que visam a aferição de tempo de espera e satisfação aos usuários assegurando-lhes um atendimento digno e de qualidade, com agilidade e comodidade.
Total de Ações	21
Cronograma Executado	Junho a Novembro/2016
Recursos Humanos	16 servidores



Macroação nº 06/2016	Auditoria no Processo de Gestão da Aposentadoria por Invalidez, com retorno voluntário ao trabalho
Área	Benefícios e Saúde do Trabalhador
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social – APS
Escopo	Avaliação da manutenção dos benefícios de aposentadoria por invalidez das espécies 32 e 92, bem como dos controles instituídos pelo INSS em relação ao retorno voluntário ao trabalho, abrangendo um total de 2.025 benefícios. Os exames consistiram na evidenciação do retorno voluntário ao trabalho, mediante envio de ofício às empresas indicadas na amostra. Além disso, foram aplicadas entrevistas aos gestores das GEX e analisadas informações disponíveis nos sistemas corporativos da Previdência Social, com vistas a subsidiar a avaliação dos controles instituídos em relação ao retorno voluntário ao trabalho.
Total de Ações	42
Cronograma Executado	Outubro/2016 a Fevereiro/2017
Recursos Humanos	22 Servidores

Macroação nº 07/2016	Auditoria no Processo de Gestão de Benefícios por Incapacidade
Área	Saúde do Trabalhador
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social – APS
Escopo	Avaliação do processo de reconhecimento de direito e a manutenção de benefícios por incapacidade, com foco nos riscos decorrentes de padrões de comportamentos identificados por meio de trilhas de auditoria, definidas pela técnica de mineração de dados. A Macroação abrangeu a análise de 1.676 benefícios das espécies 31 e 91, ativos em março de 2015 e concedidos a partir de janeiro de 2007, excluídos os benefícios concedidos ou reativados judicialmente ou por força de Acórdão das JRPS/CAJ.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Março/2016 a Janeiro/2017.
Recursos Humanos	18 servidores



Macroação nº 10/2016	Auditoria no Processo de Gestão dos Benefícios de Segurados Especiais Rurais
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas, Agências da Previdência Social
Escopo	<p>Avaliação dos procedimentos de reconhecimento de direito aos benefícios rurais de Aposentadoria por Idade (B-41), observando-se os fluxos operacionais, as atividades executadas e os controles existentes, abrangendo 72 Agências da Previdência Social (APS). Foram avaliadas, ainda, 42 Gerências Executivas, observando-se aspectos relacionados à supervisão e acompanhamento das APS constantes da amostra.</p> <p>A ação contemplou deslocamento às APS para aplicação de entrevistas e observação direta, bem como a análise de 353 processos administrativos de benefícios da espécie 41, concedidos entre 01/01/2015 a 31/12/2015 e com ramo de atividade rural (8) e forma de filiação de segurado especial (7), tendo como base as regras previstas na legislação previdenciária.</p>
Total de Ações	41
Cronograma Executado	Março a Janeiro/2016
Recursos Humanos	18 servidores

Macroação nº 13/2016	Auditoria de Acompanhamento do Cumprimento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU
Área	Atendimento, Benefícios, Gestão de Pessoas, Orçamento, Finanças e Logística e Saúde do Trabalhador
Unidades	Diretorias, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Acompanhamento do atendimento às determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, por meio do sistema de controle de demandas, realizando a inclusão dos acórdãos emitidos, assim como analisando as providências informadas pelos gestores.
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2016
Recursos Humanos	05 servidores



Macroação nº 14/2016	Auditoria de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU
Área	Atendimento, Benefícios, Gestão de Pessoas, Orçamento, Finanças e Logística e Saúde do Trabalhador
Unidades	Diretorias
Escopo	Acompanhamento do atendimento às recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União por meio do sistema de controle de demandas, realizando a inclusão dessas recomendações, assim como analisando as providências informadas pelos gestores.
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2016
Recursos Humanos	05 servidores

Macroação nº 15/2016	Auditoria de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Auditoria Interna
Área	Atendimento, Benefícios, Gestão de Pessoas, Orçamento, Finanças e Logística e Saúde do Trabalhador
Unidades	Diretorias, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Acompanhamento do atendimento às recomendações expedidas pela Auditoria Interna, por meio do sistema de controle de demandas, realizando a inclusão dessas recomendações, assim como analisando as providências informadas pelos gestores.
Total de Ações	03
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2016
Recursos Humanos	11 servidores

Macroação nº 16/2016	Auditoria de Avaliação do Relatório de Gestão do INSS
Área	Atendimento, Benefícios, Gestão de Pessoas, Orçamento, Finanças e Logística e Saúde do Trabalhador
Unidades	Diretorias, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Avaliação da gestão, enfatizando os resultados do exercício e sua convergência aos objetivos institucionais, os aspectos qualitativos e quantitativos associados às ações governamentais, assim como a avaliação dos controles com base nos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Fevereiro a Abril/2016
Recursos Humanos	08 servidores



Macroação nº 18/2016	Auditoria de Acompanhamento do Processo de Cobrança Administrativa
Área	Benefícios
Unidades	Diretoria de Benefícios
Escopo	Acompanhamento da gestão realizada pela Coordenação de Monitoramento Operacional de Benefícios – CMOBEN - perante as Gerências Executivas, sobre as providências pertinentes para a efetiva cobrança administrativa dos prejuízos causados ao Erário em processos de apuração e/ou revisão oriundos de pagamentos indevidos relacionados a benefícios previdenciários vinculados a Processos Administrativos Disciplinares – PAD. Abrange o acervo de PADs encaminhados à CMOBEN, oriundo de ofícios da Controladoria-Geral da União – CGU, relativos a PADs finalizados pela Corregedoria-Geral do INSS, emitidos a partir de 02/03/2015 e registrados no sistema CMOBEN até 30/06/2016.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Fevereiro a Abril/2016
Recursos Humanos	08 servidores

Macroações Compartilhadas

Macroação nº 17/2016	Auditoria Indireta Compartilhada (INSS x CGU) – Avaliação do Processo de Auxílio Doença Previdenciário e Acidentário – Auxílio Reclusão
Área	Saúde do Trabalhador
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Consolidação das informações referentes à avaliação da alocação da capacidade operacional relativa à atividade médico pericial com base no percentual disponibilizado às APS para suprir o atendimento agendado de exames que irão garantir o reconhecimento ou não do direito a concessão do auxílio doença e às aposentadorias por invalidez, bem como a verificação da consistência das informações registradas na sala de monitoramento.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Março a Julho/2016
Recursos Humanos	18 Servidores



Macroações Contínuas

Macroação nº 08A /2016	Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social – APS
Escopo	Acompanhamento contínuo do Processo de Gestão de Pagamento do RGPS, promovendo análises quanto a acumulações indevidas de benefícios; pagamentos em duplicidade para um mesmo período; pagamentos pós-óbito; manutenção indevida de benefícios cujo segurado/beneficiário já possua óbito registrado no SIM do Ministério da Saúde, ou no SISOBI, de responsabilidade do INSS.
Total de Ações	105
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2016
Recursos Humanos	24 servidores

Macroação nº 08B/2016	Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS (Pagamento Alternativo de Benefícios/Créditos Diários)
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Acompanhamento dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB e Créditos Diários autorizados, selecionados por meio de extrações na base de dados do PAB, com a utilização da ferramenta <i>Audit Command Language - ACL</i> , de acordo com trilhas pré-definidas, a fim de identificar, tempestivamente, possíveis erros operacionais e pagamentos indevidos, bem como a não observância das normas com o objetivo de evitar prejuízos ao erário.
Total de Ações	105
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro/2015
Recursos Humanos	25 servidores



Macroações de exercícios anteriores

Macroação nº 04/2015	Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Avaliação dos cursos de formação gerencial e operacional, observando se promovem as competências necessárias para a ocupação da função de Gerente Executivo e Gerente de APS. Verificação de existência de ações educacionais em âmbito gerencial que possam oferecer melhores condições de trabalho para o desempenho da função de Gerente Executivo / Gerente de APS e satisfação profissional.
Total de Ações	21
Cronograma Executado	Maio a Agosto/2016
Recursos Humanos	18 Servidores



II. ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS, IDENTIFICANDO AS ÁREAS QUE APRESENTARAM FALHAS RELEVANTES E INDICAÇÃO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES.

II.1 - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

As Auditorias realizadas tiveram por intuito reconhecer falhas e riscos visando à mitigação das chances de que problemas se potencializem no futuro, com o propósito de agregar valor à gestão, avaliando de forma objetiva e baseada em evidências os mecanismos de controle interno quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, contribuindo com a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, resguardando os interesses da Instituição.

A Auditoria Interna do INSS, durante o exercício, preocupou-se em desenvolver métodos e procedimentos para avaliação de controles internos com base nos riscos identificados e assim vem revisando suas técnicas, aprimorando suas avaliações de modo a contribuir para o fortalecimento dos controles internos. Nas Macroações do exercício de 2016 foram agregado Questionários de Avaliação de Controle Interno, utilizados nos trabalhos desenvolvidos, que consistiram na atribuição de pontuação para avaliação por dimensão, representado pelos componentes dos controles internos em consonância com a metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization - COSO* (Comitê das Organizações Patrocinadoras), cujos resultados serão descritos de forma consolidada.

Para manifestação quanto ao nível de maturação dos controles foram utilizadas 05 (cinco) dimensões do COSO e considerados os elementos para sustentação da escala de avaliação com variantes de insuficiente a ótimo em relação à percepção dos controles internos.

Dessa análise apresentamos a metodologia utilizada e os resultados relativos às macroações de auditoria descritas no subitem **II.1.C - RESULTADOS POR MACROAÇÃO – Quadro 2 – Avaliação dos Riscos.**



II.1.A - METODOLOGIA

Dimensão: Ambiente de Controle

Elementos Considerados:

- Procedimentos e/ou instruções de trabalhos padronizados;
- Identificação de responsabilidades;
- Segregação de funções;
- Pessoal suficiente, não comprometendo a qualidade dos trabalhos;
- Procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade auditada estão adequadamente formalizados; e
- Conhecimento dos gestores e servidores, bem como se esses possuem experiência e são treinados/reciclados para cumprir suas obrigações.

Dimensão: Avaliação de Riscos

Elementos Considerados:

- Objetivos centrais, se estes são claramente estabelecidos e comunicados aos responsáveis;
- Aspectos de efetividade e eficiência das operações, se objetivos contemplam a confiabilidade nos relatórios financeiros e/ou gerenciais e de conformidade em relação às leis e normativos aplicáveis;
- Objetivos da atividade e adequação destas, quando comparadas aos objetivos da organização e aos planos estratégicos;
- Os objetivos e os riscos da atividade em relação à revisão periódica para garantir sua permanente relevância;
- Os mecanismos implantados para prevenir, identificar e reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos;
- Os riscos, as oportunidades e o tratamento dispensado a esses na organização, de modo a que suas implicações sejam integralmente identificadas, bem como planos de ação sejam formulados e cumpridos;
- As decisões de resposta ao risco, avaliando se estas são tomadas por quem tem competência para tal e, quando pertinente, são formalizadas;
- O risco residual assumido e se este é compatível com os parâmetros institucionais;
- Os indicadores de desempenho importantes para o alcance dos objetivos, bem como, se são identificados e monitorados; e
- A evolução dos indicadores de desempenho quanto ao acompanhamento pelo seu responsável, por meio de relatórios específicos.



Dimensão: Atividades de Controle

Elementos Considerados:

- Alçadas: quanto aos limites determinados a um servidor, e, ainda, a possibilidade deste aprovar valores ou assumir posições em nome da instituição;
- Autorizações: quanto à subdelegação da administração ao determinar as atividades e transações que necessitam de aprovação de um supervisor para que sejam efetivadas;
- Normatização interna: quanto à definição, de maneira formal, das regras internas necessárias ao funcionamento da entidade; se as normas são de fácil acesso para os funcionários da organização; se definem responsabilidades, políticas corporativas, fluxos operacionais, funções e procedimentos, incluindo no contexto manifestação quanto aos riscos identificados; se para esses a administração implementou mecanismos de controle que minimizem a probabilidade dos objetivos da atividade não serem alcançados;
 - As atividades de controle, se são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle;
 - Definição dos controles a serem implementados, se a administração utiliza algum tipo de benchmark de boas práticas que possa ser aplicadas.
 - Instrumentos que a administração se dispõe e se esses subsidiam a certificação de que as atividades de controle são adequadas;
 - Controles de prevenção e de detecção existentes para garantir que as operações realizadas sejam adequadamente iniciadas, autorizadas, registradas, processadas e divulgadas.
 - As rotinas de conformidade, de conferência e de conciliação que garantem a fidedignidade dos registros contábeis;
 - As informações sigilosas, eventualmente tratadas no âmbito da atividade sob exame, e se essas têm recebido o tratamento previsto na política de segurança da Instituição;
 - As providências adotadas para garantir que na realização de procedimentos conflitantes seja observado e aplicado o princípio da segregação de funções;
 - Políticas e procedimentos aplicados para assegurar que decisões críticas sejam tomadas com aprovação adequada (nível hierárquico);
 - A existência de planos de continuidade instituídos para tratamento de processos críticos; e
 - A organização quanto à instituição de mecanismos para acompanhamento contínuo dos indicadores de desempenho.



Dimensão: Informação e Comunicação

Elementos Considerados:

- As informações, se essas são documentadas, de qualidade, oportunas e precisas;
- A comunicação, se ocorre em todos os níveis da organização;
- O órgão em relação à obtenção de informações de que necessita, se ocorre de maneira prática e tempestiva;
 - O órgão em relação à obtenção das informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, e que permitem identificar se os objetivos operacionais, de informação e conformidade, estão sendo atingidos;
 - O órgão quanto a identificação, captura, processamento e comunicação das informações necessárias a seus clientes e fornecedores em tempo hábil e de maneira prática;
 - As informações dispensadas aos servidores quanto a suas tarefas e como elas impactam em outros servidores da própria unidade de trabalho ou de outras unidades da organização;
 - Existência de políticas e procedimentos para assegurar que as informações sejam fornecidas tempestivamente, de modo a permitir o efetivo monitoramento dos eventos e atividades;
 - Estrutura organizacional e de suporte tecnológico que garanta o processamento de dados e a elaboração de informações gerenciais de forma confiável e tempestiva;
 - Os sistemas de informática, quanto à segurança e confiabilidade, contemplando aspectos como: segurança no acesso/identificação; crítica na entrada de dados; procedimentos de backup; e planos de contingência para questões chave;
 - A organização quanto à produção e/ou recebimento, tempestivamente, de informações sobre desempenho;
 - A organização quanto à identificação, captura, processamento e comunicação das informações necessárias ao superior hierárquico, aos demais componentes administrativos e aos participantes de forma geral, em tempo hábil e de maneira prática; e
 - Os sistemas informatizados quanto ao desempenho e periodicidade da revisão, atualização e validação, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis.



Dimensão: Atividades de Monitoramento

Elementos Considerados:

- Os controles internos quanto a sua avaliação;
- Os controles internos como contribuição para obtenção de resultados;
- Os controles internos quanto à avaliação da qualidade do desempenho ao longo do tempo (arquitetura, prontidão e ações corretivas);
- Inputs: reclamações de clientes, fornecedores e gerentes;
- Os controles internos quanto à supervisão pela administração, pelos funcionários ou pelas partes externas;
- Trabalhos periódicos realizados pela auditoria interna;
- Informações de órgãos de controle, agências reguladoras, auditorias externas, órgãos de supervisão bancária;
- A performance quanto à mensuração e monitoração, considerando os resultados alcançados e a comparação em relação aos objetivos da atividade;
- A administração quanto à obrigatoriedade de divulgação de relatórios de exceção, para situações que se configurem como “fora dos padrões”;
- A abrangência e a qualidade dos relatórios periódicos de acompanhamento do controle interno quanto a sua adequação; e
- As deficiências identificadas relativas aos controles internos e, se essas, são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado.

II.1.B - ESCALA DE AVALIAÇÃO

- 1- Insuficiente
- 2- Baixo
- 3- Médio
- 4- Bom
- 5- Ótimo



II.1.C - RESULTADOS POR MACROAÇÃO

Quadro 2. – Macroacções – Avaliação dos Riscos

Macroacção 01	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços Continuados
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none">✓ Os procedimentos relativos às planilhas de custos e gestão dos contratos necessitam de orientações mais específicas;✓ As capacitações oferecidas não são suficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades;✓ Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação.
Avaliação de riscos (4)	<ul style="list-style-type: none">✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria;✓ Nos casos de contratações de serviços, os mecanismos existentes para prevenção de riscos não são suficientes, no que tange à licitação e à execução dos contratos, podendo ocorrer contratações com planejamento e custos formulados de forma incorreta, e na gestão dos contratos a ocorrência de falhas e inexecução e descumprimento de obrigações trabalhistas;✓ Não há relatórios específicos para identificar situações que fogem ao padrão.
Atividades de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none">✓ Verifica-se deficiência na execução dos procedimentos relacionados ao custo dos serviços e fiscalização dos contratos;✓ As informações disponíveis nos sistemas não são consistentes em sua totalidade;✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas envolvendo os níveis estratégico e tático; segregação de funções.
Informação e Comunicação (4)	<ul style="list-style-type: none">✓ Em grande parte se verifica informações disponíveis para apoiar a execução;✓ Deficiências na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos.
Atividade de Monitoramento (4)	<ul style="list-style-type: none">✓ Supervisão deficiente;✓ Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente;✓ Recomendações recorrentes.
Avaliação - Conceito Médio(4): Bom	



Macroação 02	
Auditoria no Processo de Gestão de Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem normativos nos quais estão bem definidos os critérios para construção das APS – do Plano de Expansão; ✓ Identifica-se variação dos custos operacionais e ausência de instrumentos para monitorar os custos individualizados por Agência da Previdência Social; ✓ Cumprimento de políticas governamentais estabelecidas.
Avaliação de riscos (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria; ✓ Índícios de baixa demanda de serviços, ociosidade de servidores e de subutilização da capacidade das Agências PEX.
Atividades de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verifica-se deficiência e torna-se essencial o estabelecimento de critérios mínimos para a implantação de novas Agências e manutenção de unidades já existentes; ✓ Necessidade de otimização da eficiência em relação a rede de atendimento visando atender o maior número de pessoas com o menor custo possível com base em estudos de produtividade e viabilidade; ✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas, envolvendo os níveis: estratégico e tático.
Informação e Comunicação (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de critérios técnicos para estimar de forma eficiente a demanda dos serviços oferecidos pelo Instituto; ✓ Intensificação da comunicação entre as áreas envolvidas para a seleção dos locais de construção das Agências da Previdência Social por meio do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento, uma vez que se identificaram que os atributos adotados não foram suficientes para garantir a localização ideal.
Atividade de Monitoramento (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Supervisão deficiente, necessitando de controles que possibilitam o monitoramento e fácil comparação das despesas mensais individualizadas entre todas as unidades do INSS.
Avaliação - Conceito Médio (3) : Médio	



Macroação 03	Auditoria no Processo de Gestão de Pessoas
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em relação à progressão/promoção de servidores, falta uniformidade na legislação e normas mais atualizadas; ✓ Capacitações - As capacitações oferecidas são insuficientes para promoção do alinhamento entre a Diretoria de Gestão de Pessoas e as áreas operacionais; ✓ Conhecimentos - Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação.
Avaliação de riscos (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetividade das operações - As ações ainda são incipientes, tendo em vista a falta de uniformização de procedimentos; ✓ Objetivos e riscos tratados estrategicamente - não há acompanhamento e controles suficientes, resultando em perdas financeiras e ineficiência operacional.
Atividades de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Há fragilidades no processo de Progressão Funcional/Promoção aos servidores em relação da realização dos procedimentos por intervenção manual e sem revisão periódica; ✓ As informações disponíveis nos sistemas são consistentes na maioria dos casos; ✓ As atividades de controle ainda são pouco difundidas.
Informação e Comunicação (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem informações, mas falta uniformização; ✓ Em grande parte se verifica informações disponíveis à Diretoria responsável; ✓ Existe comunicação tanto da Auditoria Interna como dos órgãos de controle externo.
Atividade de Monitoramento (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As avaliações são feitas, em parte, pelas equipes de auditoria, mas as áreas são carentes de rotinas de controle; ✓ Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente, e recomendações recorrentes.
Avaliação - Conceito Médio(4): Bom	



Macroação 04	
Auditoria no Processo de Gestão da Avaliação Contábil	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem procedimentos e instruções da área consolidados no Manual de Orçamento, Finanças e Contabilidade; ✓ São oferecidas orientações e capacitações de acordo com as necessidades do trabalho e alterações das normas e regulamentos; ✓ Os servidores são conhecedores de suas responsabilidades, funções e dos padrões de ética.
Avaliação de riscos (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria; ✓ Os mecanismos implementados tem caráter fundamentalmente detectivos, ou seja, identificam os eventos que podem afetar o alcance dos objetivos após sua ocorrência; ✓ Carecem ainda de mecanismos preventivos para evitar que tais eventos ocorram.
Atividades de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verifica-se deficiência na execução dos procedimentos, principalmente em razão do atraso no recebimento de informações oriundas de outras áreas (logística, gestão de pessoas); ✓ As informações disponíveis nos sistemas são materialmente fidedignas, porém não se pode afirmar sobre sua completude em razão do atraso no recebimento de informações oriundas de outras áreas; ✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas envolvendo os níveis estratégico e tático; segregação de funções.
Informação e Comunicação (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em grande parte, verificam-se informações disponíveis para apoiar a execução; ✓ Existem fiscalizações periódicas e canais de comunicação com os Órgãos de Controle (MTFC e TCU), bem como canal de comunicação da Auditoria-Geral com a Presidência do INSS.
Atividade de Monitoramento (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O processo executado nas Unidades Gestoras é periodicamente avaliado pela Auditoria Interna; ✓ Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente, e recomendações recorrentes.
Avaliação - Conceito Médio(4): Bom	



Macroação 05	
Auditoria no Processo de Gestão do Atendimento	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existem normativos nos quais estão bem definidos a lotação ideal, o atendimento por meio do Regime Especial de Atendimento em Turnos – REAT, contudo verifica-se que a produtividade ainda não atingiu as expectativas delineadas; ✓ A lotação ideal é fator preponderante no processo. O fato de se apresentar aquém das necessidades interfere demasiadamente nos procedimentos e, nas rotinas pertinentes à execução das atividades.
Avaliação de riscos (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os indicadores de desempenho, importantes para o alcance dos objetivos, não retratam as reais necessidades dos processos, embora ocorra o acompanhamento visando o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos; ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade e decisões estratégicas visando a melhoria do atendimento; ✓ Incompletude de etapas no processo de trabalho, incorrendo em risco de informações não efetivas.
Atividades de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verifica-se deficiência na execução dos procedimentos, principalmente em razão da demanda ser maior que as oferta para atendimento em razão da lotação existente ser inferior a ideal; ✓ As informações disponíveis nos sistemas muitas vezes se apresentam indisponíveis, impactando na morosidade dos procedimentos no atendimento; ✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas.
Informação e Comunicação (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em grande parte, verifica-se informações disponíveis para apoiar a execução; ✓ Existe acompanhamento dos resultados em relação ao Atendimento, no âmbito estratégico e tático.
Atividade de Monitoramento (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O processo executado nas Unidades de Atendimento tem acompanhamento efetivo pelo Gerente da APS; ✓ Há monitoramento dos indicadores de desempenho visando adoção de procedimentos para melhoria dos resultados; ✓ Recomendações de Auditoria são formuladas e decisões são implantadas, permitindo melhorias parciais, em face da completude das necessidades.
Avaliação - Conceito Médio (3): Médio	



Macroação 06	
Auditoria no Processo de Gestão da Aposentadoria por Invalidez, com retorno voluntário ao trabalho	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (4)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os procedimentos encontram-se satisfatoriamente normatizados em atos legais e normativos internos; ✓ As capacitações oferecidas não são suficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades; ✓ Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação. A priorização de outras atividades pela gestão representa um limitador para a execução das atividades.
Avaliação de riscos (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade. ✓ Em que pese a existência de aplicações nos sistemas corporativos visando a identificação e saneamento do retorno voluntário ao trabalho, os fluxos de trabalho não são disseminados e acompanhados de forma eficaz.
Atividades de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em que pese os normativos e controles sistêmicos existentes, verifica-se, de forma recorrente, a inobservância dos procedimentos de apuração do retorno voluntário. ✓ Foram identificadas distorções entre os casos de retorno voluntário identificados pela Auditoria e os casos constantes nos sistemas corporativos (BATINV). ✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas, envolvendo os níveis estratégico e tático.
Informação e Comunicação (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Instituição não dispõe de informações táticas ou estratégicas voltadas ao processo de trabalho. As informações operacionais não estão suficientemente organizadas de forma a permitir o aperfeiçoamento da gestão e do controle. ✓ Observou-se que cerca da metade dos casos de retorno voluntário identificados pela Auditoria não constavam no BATINV, fato que pode representar um empecilho para a ação das Unidades. ✓ Ausência/morosidade na obtenção de informações junto a empresas, visando a confirmação do retorno voluntário.
Atividade de Monitoramento (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Supervisão deficiente. ✓ Recomendações de Auditoria não atendidas tempestivamente, e recomendações recorrentes.
Avaliação - Conceito Médio(3): Médio	



Macroação 08	
Auditoria de Acompanhamento no Processo de Gestão de Pagamento do RGPS (PAB e Folha)	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none">✓ Os procedimentos encontram-se satisfatoriamente normatizados em atos legais e normativos internos. Segregação de função e níveis de alçada praticados apenas em alguns subprocessos (PAB). As capacitações oferecidas não são suficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades, ou não se encontram devidamente estruturadas em planos específicos;✓ Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação.
Avaliação de riscos (3)	<ul style="list-style-type: none">✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados pela Auditoria;✓ Os mecanismos existentes para prevenção de riscos são insuficientes. A maioria das ações é de caráter corretivo, voltadas à correção de falhas.
Atividades de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none">✓ Em que pese os normativos e controles sistêmicos existentes, verifica-se, de forma recorrente, deficiência na execução dos procedimentos relacionados a pagamentos e acumulações indevidas, e não detecção do óbito de segurados;✓ As informações apresentam considerável grau de confiabilidade. As principais fragilidades estão relacionadas a falhas cadastrais dos beneficiários, que podem impactar na gestão dos pagamentos;✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas, envolvendo os níveis estratégico e tático, bem como a segregação de funções.
Informação e Comunicação (3)	<ul style="list-style-type: none">✓ Em grande parte existem informações disponíveis para apoiar a execução das ações de controle, sendo necessária, contudo, uma maior estruturação e sistematização dos dados, uma vez que as informações gerenciais são voltadas, em sua maioria, ao atendimento e reconhecimento inicial de direitos;✓ Existem limitações quanto à extração e análise de informações gerenciais relacionadas ao processo;✓ Deficiência na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos.
Atividade de Monitoramento (3)	<ul style="list-style-type: none">✓ Procedimentos de supervisão e monitoramento deficientes ou não realizados tempestivamente;✓ Recomendações de Auditoria não atendidas tempestivamente, com recorrência das constatações identificadas.
Avaliação - Conceito Médio(3): Médio	



Macroação 10	
Auditoria no Processo de Gestão dos Benefícios de Segurados Especiais Rurais	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os procedimentos encontram-se satisfatoriamente normatizados em atos legais e normativos internos. Contudo, os trabalhos realizados apontaram necessidades pontuais de ajustes no arcabouço normativo, no sentido de conceder-lhes maior suficiência, clareza e aplicabilidade; ✓ As capacitações oferecidas são insuficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades, ou não se encontram devidamente estruturadas em planos específicos (abrangência, continuidade, etc.); ✓ Os servidores necessitam de maiores orientações sobre os procedimentos na área de atuação, observando-se as características e peculiaridades regionais enfrentadas pelos servidores em todo o território nacional.
Avaliação de riscos (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria; ✓ Os mecanismos existentes para prevenção de riscos são insuficientes. A maioria das ações é de caráter corretivo, voltadas à correção de falhas.
Atividades de Controle (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O processo apresenta considerável grau de conformidade às normas existentes. Contudo, foi observado um considerável grau de subjetividade e inadequação de alguns tópicos ou mecanismos contidos nos atos normativos vigentes. ✓ O grau de confiabilidade dos sistemas é impactado pelo caráter declaratório de diversas informações envolvidas no processo; ✓ As rotinas de supervisão e as orientações de serviço devem ser intensificadas, envolvendo os níveis estratégico e tático, bem como a segregação de funções e o cruzamento de bases de dados.
Informação e Comunicação (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em grande parte existem informações disponíveis para apoiar a execução das ações de controle, sendo necessária, contudo, uma maior estruturação e sistematização dos dados específicos para o processo de trabalho; ✓ Existem limitações quanto à extração e análise de informações gerenciais relacionadas ao processo, bem como carência de integração de informações provenientes de outros órgãos; ✓ Deficiência na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, bem como na integração e cruzamento de bases de dados de outros entes públicos.
Atividade de Monitoramento (3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos de supervisão e monitoramento deficientes ou realizados de forma genérica, sem abordagem específica do tema; ✓ Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente, com recorrência das constatações identificadas.
Avaliação - Conceito (3) Médio: Médio	



Macroação 18	
Auditoria de Acompanhamento do Processo de Cobrança Administrativa	
Risco/Pontuação	Identificação
Ambiente de Controle (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os procedimentos encontram-se satisfatoriamente normatizados. Contudo, alguns aspectos carecem de atualização, visando maior eficiência do processo; ✓ As capacitações oferecidas são insuficientes à obtenção de melhores resultados nas atividades, ou não se encontram devidamente estruturadas em planos específicos (abrangência, continuidade, etc.); ✓ Os servidores possuem conhecimento sobre suas atribuições. Contudo, faz-se necessária a formação continuada sobre os procedimentos na área de atuação.
Avaliação de riscos (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As ações desenvolvidas carecem de maior efetividade, tendo em vista os problemas recorrentes detectados nos trabalhos de Auditoria e a falta de informações claras e tempestivas que permitam a adoção de medidas de mitigação dos riscos; ✓ Os mecanismos existentes para prevenção de riscos são insuficientes. A maioria das ações é de caráter corretivo, voltadas à correção de falhas e ao atendimento de demandas emergenciais.
Atividades de Controle (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O processo apresenta considerável grau de conformidade às normas existentes. Contudo, foram identificadas fragilidades relacionadas à morosidade na adoção de providências de cobrança, o que pode ocasionar prejuízos ao erário; ✓ Constatado alto percentual de divergência entre as informações constantes no sistema de gestão do processo (CMOBEN) e a situação real dos procedimentos de revisão e cobrança.
Informação e Comunicação (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As informações possuem considerável grau de desatualização (CMOBEN), apresentando divergência entre a situação real da cobrança e os registros constantes no sistema; ✓ A baixa confiabilidade das informações tem impacto na análise e tomada de decisão; ✓ Deficiência na obtenção de informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos.
Atividade de Monitoramento (2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos de supervisão e monitoramento deficientes; ✓ Recomendações de Auditoria não são atendidas tempestivamente, com recorrência das constatações identificadas.
Avaliação - Conceito Médio (2) : Baixo	



II.2 - INDICAÇÃO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PARA REGULARIZAÇÃO OU MITIGAÇÃO DOS RISCOS DELAS DECORRENTES.

Indicação das ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes.

As ações promovidas para mitigação dos riscos identificados consistiram na emissão de recomendações às áreas estratégicas, conforme principais evidências abaixo, por área:

Área de Orçamento, Finanças e Logística.

Contratos	✓ Inobservância às normas, regulamentos e procedimentos administrativos.
	✓ Deficiência na análise das Planilhas de Custos e Formação de Preços quanto ao correto enquadramento da licitante no regime de tributação.
	✓ Pagamento de benefícios estabelecidos em Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho e na Legislação Trabalhista que os funcionários das contratadas optaram por não receber, tais como: assistência médica (plano de saúde) e vale transporte.
	✓ A Administração não vem efetuando depósito em conta vinculada para fins de provisionamento de férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores.
	✓ Fiscais Administrativos desconhecem suas atribuições e responsabilidades no gerenciamento da prestação de serviços contratados para suas unidades.
Obras	✓ Vulnerabilidades identificadas nos processos de trabalho relacionados aos procedimentos de recebimento e utilização das garantias, do contrato compreendendo os aspectos técnicos, administrativos, projetos, planilhas orçamentárias e instalações.
Orçamento, Finanças e Contabilidade	✓ Informações contábeis inconsistentes.
	✓ Deficiência dos controles relacionados à segregação de função, especialmente entre as funções de autorização e aprovação de operações.
	✓ Informações desatualizadas relativas aos ordenadores de despesas, que devem compor com exatidão no SIAFI, no módulo rol de responsáveis.
	✓ Registros contábeis em Agências da Previdência Social – APS; despesas efetuadas com encargos moratórios.
	✓ Saldo representativo de inscrições de restos a pagar pendente de pagamento.
	✓ Alta incidência de inconformidades contábeis.



Área de Gestão de Pessoas

Frequência	✓ Inassiduidade habitual que não tem acompanhamento e controle suficiente, resultando em perdas financeiras e ineficiência operacional.
	✓ Processos formalizados com pendência de conclusão no âmbito correcional.
	✓ Perda de potencial humano decorrente de exonerações por abandono de cargo público.
	✓ Riscos financeiros pela inexistência de revisão, acompanhamento e controle dos valores a ressarcir pelos servidores e a quitação destes, correspondentes aos valores processados em FP, a título de remuneração, de dias não trabalhados, incidindo sobre as demais rubricas.
Progressão Funcional	✓ Fragilidades no processo de Progressão Funcional/Promoção aos servidores em razão de procedimento realizado por intervenção manual sem revisão periódica.

Área de Atendimento

Força de Trabalho, Agendamentos, fluxos e rotina de atendimento	✓ Fragilidades impactam na eficiência, eficácia e efetividade dos controles da gestão organizacional e corporativa no alcance dos objetivos institucionais em relação ao atendimento ao cidadão.
	✓ Resultados parciais quando da avaliação do planejamento e da gestão dos agendamentos dos serviços, oferta de vagas, capacidade operacional, dos indicadores de desempenho, comparado com a demanda existente e a lotação de pessoal existente.

Área de Benefícios

Reconhecimento de Direitos/Cadastro	✓ Deficiência nos sistemas corporativos, permitindo concessões de direitos indevidos.
Pagamento	✓ Ausência de ferramenta que realize o encontro de contas de benefícios de espécies incompatíveis.
	✓ Emissão de crédito (PAB) para benefícios por incapacidade sem comprovação em sistema de perícia favorável.
	✓ Pagamento pós-óbito.
	✓ Acumulação de espécies incompatíveis.



Área de Saúde do Trabalhador

Perícia Médica, Reconhecimento de Direitos	✓ Recebimento de benefício por incapacidade concomitante com vínculo empregatício.
--	--

Gerais

✓ Deficiência nos sistemas corporativos, permitindo concessões de direitos indevidos.
✓ Deficiência na identificação e tratamento de eventos relacionados a riscos que podem impactar nos objetivos da instituição.
✓ Assimilação intempestiva do conhecimento em função das constantes alterações legislativas envolvendo o tema previdenciário.
✓ Fragilidade na gestão/supervisão técnica.
✓ Deficiência dos controles sobre remarcações de Pedidos de Prorrogação – PP dos benefícios por incapacidade.

Oportunidades de Melhoria para fortalecimento dos controles internos:

- ✓ Aperfeiçoamento nos sistemas que possibilitam a visão operacional, gerencial e estratégica e maior transparência das informações.
- ✓ Supervisões e visitas técnicas.
- ✓ Interface entre as áreas envolvidas no processo.
- ✓ Avaliação de fluxo de operacionalização e acompanhamento quanto à aderência dos procedimentos aos normativos, com a finalidade de redução dos riscos inerentes aos processos críticos.
- ✓ Identificação dos pontos críticos e definição de regras e exceções de controle; desenho de rotinas, trilhas/script e obtenção de suporte técnico adequado aos sistemas informatizados.
- ✓ Implantação de módulos nos sistemas corporativos, relacionados a benefícios pagos indevidamente, visando à execução automática da tarefa e o controle de ressarcimentos e notificações automáticas.
- ✓ Implantação de melhorias no atendimento agendado para desvinculação daqueles que possam ser oferecidos por meio de serviço expresso ou eletrônico.
- ✓ Implementação de medidas para realização de supervisão e interação de forma tempestiva e proativa, para minimização dos riscos identificados.
- ✓ Adequação de sistemas corporativos buscando comportar a funcionalidade da segregação de funções, conforme previsão em normativos.
- ✓ Promoção da uniformização dos procedimentos por meio de treinamentos e capacitações.
- ✓ Instituição de travas nos sistemas que impeçam concessões/reativações de benefícios irregulares.



- ✓ Revisão de frequências não homologadas em decorrência da codificação 88888 – registro parcial e 99999 - sem frequência, além de outros ajustes administrativos relacionados à atualização cadastral, dados pessoais, funcionais e data de ingresso no Órgão.
- ✓ Regularidade das progressões/promoções funcionais e o enquadramento efetivo da classe/padrão. Revisão, acompanhamento e controle dos valores a ressarcir à administração ou restituir aos servidores, em razão do enquadramento da classe/padrão em desacordo com as instruções vigentes.
- ✓ Promoção de capacitações específicas aos pregoeiros, equipes responsáveis pelas licitações e Gestores.
- ✓ Orientações de forma continuada para fins de constante avaliação do correto enquadramento da licitante/contratada quanto ao regime tributário nas repactuações.
- ✓ Orientação de frequentes consultas junto à Procuradoria Geral do INSS com emissão de Parecer Normativo, fundamentando orientação aos Gestores a efetuarem a glosa dos benefícios estabelecidos em Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho, para os quais não houve adesão e/ou optaram por não receber, tais como assistência médica (plano de saúde) e vale transporte.
- ✓ Adoção de medidas para conclusão do processo, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, para fins de normatização do depósito em conta vinculada para provisionamento do pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual dos trabalhadores e indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado.
- ✓ Promoção de cursos/eventos de capacitação dos Gestores e Fiscais Administrativos (Co-Gestores) na Gestão de Contratos, enfatizando suas atribuições e responsabilidades.
- ✓ Estabelecimento de mecanismos de controle e de supervisão para fins de detecção imediata e implementação de procedimentos/rotinas que minimizem os riscos financeiros e impactos na folha de pagamento, devido à inassiduidade dos servidores e estagiários.
- ✓ Implantar de processo de mineração de dados para exploração de informações e identificação de anormalidades no procedimento das progressões funcionais e promoções aos servidores.
- ✓ Proposta de ações para mitigação preventiva dos riscos ou correção tempestiva das inconsistências.
- ✓ Fiscalização e acompanhamento pelos gestores e responsáveis designados para fins de obtenção de melhores resultados.
- ✓ Proposta de aferição de tempo de espera e de satisfação dos usuários, assegurando-lhes um atendimento digno e de qualidade, com agilidade e comodidade.
- ✓ Propostas de ações e medidas preventivas visando à qualidade e melhoria dos serviços previdenciários.



III - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT, COM INDICAÇÃO DE SUA MOTIVAÇÃO E SEUS RESULTADOS.

Notas Técnicas

CGABEN/ CPLAV

Nº 01 - Resultado do cruzamento de dados entre a Folha de Pagamentos do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) e o SISOBI (Sistema de Controle de Óbitos)	
Área	Benefícios
Unidade	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social
Motivação	Cruzamento de dados entre a Folha de Pagamentos do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) e o SISOBI (Sistema de Controle de Óbitos), que apontaram a existência de benefícios pagos a beneficiários em tese já falecidos.
Resultados	Os resultados obtidos demonstram o risco de que o INSS esteja pagando 39.107 benefícios, correspondentes a cerca de R\$ 473,4 milhões de reais por ano, a beneficiários em tese já falecidos.

CGABEN

Nota Técnica nº 01/CGABEN/AUDGER/INSS – Resultado de extração realizada no Sistema Único de Informações de Benefícios – SUIBE, referente aos benefícios das espécies 87-Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência, e 88-Amparo Social ao Idoso, que se encontram com renda mensal acima do valor estipulado em Lei.	
Área	Benefícios
Unidade	Diretoria de Benefícios
Motivação	A presente Nota Técnica se justificou em razão da identificação no Sistema Único de Benefícios – SUB de benefícios assistenciais mantidos a segurados com renda mensal acima do limite imposto pela Lei 8.742/93.
Resultados	Foram identificados 31 benefícios nesta situação. Os resultados obtidos apontam vulnerabilidade na concessão ou revisão de benefícios assistenciais oriundo de decisão judicial, os quais devem, por determinação legal e constitucional, ter valor de 01 salário mínimo, permitindo a inserção de valores acima deste limite sem que haja um apontamento crítico para tratamento desses casos.



Nota Técnica nº 02/CGABEN/AUDGER/INSS – Benefícios de Pensão por Morte – Espécie 21, mantidos no Estado do Maranhão, sem registros dos instituidores das pensões no Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, e no Sistema de Informações Sobre Óbitos – SISOBI.	
Área	Benefícios
Unidade	Diretoria de Benefícios
Motivação	<p>A presente Nota Técnica se justificou em razão das fragilidades detectadas na concessão e manutenção dos benefícios de pensão por morte e nas informações oriundas do SISOBI.</p> <p>Tais fragilidades foram identificadas em ações anteriores da Auditoria Interna e em Grupo de Trabalho Conjunto constituído pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Benefícios do INSS.</p>
Resultados	<p>A Auditoria Geral promoveu, em dezembro de 2014, levantamento utilizando a base de dados do SUIBE, extraindo a relação das pensões por morte mantidas nas GEX São Luis e Imperatriz, ambas no Estado do Maranhão, conforme os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Despacho diferente de concessão judicial, concessão em case recursal e concessão com justificacão administrativa;✓ Clientela igual a urbano;✓ DT DDB maior que 01/01/2006; e✓ VL MR maior ou igual a 2.500,00. <p>Em seguida foi efetuado batimento das pensões relacionadas na extração com as bases de dados do Sistema de Informaçã sobre Mortalidade – SIM, e do Sistema de Informações Sobre Óbitos - SISOBI, disponibilizadas na Auditoria Geral, tendo como base o instituidor da pensão, resultando no montante de 391 pensões ativas cujos óbitos não constam nos respectivos bancos de dados.</p> <p>Considerando que entre a data de extração da amostra, em 12/2014, e a data da emissão da presente nota técnica houve a suspensão de 27 benefícios de pensão por morte pelo motivo de irregularidade na concessão, a seleçã teve o seu montante reduzido para 364 pensões passíveis de revisã.</p>



Nota Técnica nº 03/CGABEN/AUDGER/INSS, de 12/05/2016 - Benefícios por Incapacidade de Longa Duração - BILD.	
Área	Benefícios
Unidade	Diretoria de Benefícios
Motivação	<p>A presente Nota Técnica se justificou em razão da necessidade de se adotar medidas que priorizassem a minimização de despesas em relação à manutenção de benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, conforme Plano de Ação para redução de despesas obrigatórias da PLOA 2016, fundamentada na Nota Técnica nº02/2015/SPS/MPS, de 02 de setembro de 2015.</p> <p>Para efeito dessa redução a Nota Informativa Conjunta nº 01/PRES/DIROLF/DIRBEN/DIRAT/DGP/DIRSAT/PFE/AUDGER, de 25 de agosto de 2015, previu a proposta de melhoria da gestão dos benefícios por incapacidade e do tratamento dos benefícios por incapacidade temporários de longa duração, estimando uma economia de R\$ 400.000.000,00 (referente aos benefícios analisados pela auditoria).</p>
Resultados	<p>Os resultados obtidos por meio dos cruzamentos demonstraram que não havia acompanhamento tempestivo do tempo de duração dos benefícios por incapacidade.</p> <p>Por essa razão a Auditoria Interna do INSS atuou em parceria com área de Saúde do Trabalhador, fornecendo a esta o instrumento apto ao efetivo acompanhamento dos benefícios de longa duração.</p> <p>A DIRSAT deverá, portanto, a partir da disponibilização da ferramenta, ser a responsável pelo gerenciamento, operacionalização e manutenção desse instrumento.</p>



IV - RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS OU NÃO CONCLUÍDOS, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA A SUA NÃO EXECUÇÃO E, QUANDO APLICÁVEL, COM A PREVISÃO DE SUA CONCLUSÃO.

Macroação nº 09/2016	Auditoria no Processo Gestão do Cadastro
Área	Benefícios
Unidade	Diretoria de Benefícios
Escopo	<p>Avaliação dos controles relativos às operações de cadastro, definição das regras de negócio por meio de aplicação de testes e técnicas de auditoria, rotinas sistematizadas de batimentos e cruzamentos de bases de dados para a formação dos requisitos necessários à habilitação e reconhecimento de direito aos benefícios, auxílios e seguro defeso.</p> <p>Verificação quanto ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo artigo 1º do Decreto nº 6.932/2009, sobre os aspectos do compartilhamento de informações; atuação integrada e sistêmica na expedição de certidões e documentos comprobatórios de regularidade visando a segurança e a simplificação dos serviços públicos prestados ao cidadão.</p>
Justificativa	<p>A ação foi planejada para ser executada a partir de trabalho de mineração de dados, desenvolvido em parceria com a Dataprev, cuja disponibilização dos dados ocorreu em meados de outubro/2016, sendo necessária ainda a validação e homologação das trilhas de auditoria desenvolvidas, para posterior execução da ação. Considerando o prazo decorrido e o tempo necessário para a sua execução, tornou-se inviável o início da ação ainda em 2016, razão pela qual foi novamente prevista no PAINT 2017.</p>



Macroação nº 11/2016	Auditoria no Sistema de Pagamento de Benefícios - SISPAGBEN
Área	Orçamento, Finanças e Contabilidade
Unidade	CGOFC
Escopo	Análise do sistema SISPAGBEN em ambiente de teste ou homologação (que reflita fielmente o ambiente de produção), a fim de que sejam verificados os aspectos relacionados à documentação, regras de negócio, fluxo do processo de transferência, relatórios gerenciais, aspectos relacionados a segurança da informação, critérios de ergonomia, acessibilidade e usabilidade, bem como o desempenho deste, de forma a identificação célere de devolução de valores e correção de fragilidades sistêmicas, que possibilitem o gerenciamento efetivo e de forma tempestiva dos valores repassados à rede bancária para custear as despesas com a folha de pagamento de benefício, e o retorno dos recursos a cargo dos bancos, conforme as regras estabelecidas nos contratos formalizados.
Justificativa	Ação sobrestada, em razão, de ainda se encontrarem em fase de implementação das melhorias no sistema, já recomendadas em virtude da Ação de Auditoria nº 1.825 (Macroação nº 01/2015), conduzida pela área de Gestão Interna.

Macroação nº 12/2016	Auditoria no Processo de Monitoramento do Atendimento Remoto
Área	Atendimento
Unidades	Diretoria de Atendimento
Escopo	Análise quanto ao gerenciamento do atendimento, execução e o nível de satisfação dos usuários, nos aspectos de usabilidade, agilidade e comodidade, por meio dos canais remotos. Verificação dos controles instituídos relacionados às questões de segurança e infraestrutura.
Justificativa	Em que pese a não realização da Macroação por decisão administrativa, o exame do processo de contratação dos serviços de Tele Atendimento (Central 135) foi objeto de avaliação em decorrência da Macroação de Auditoria nº 01/2016 – Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços Continuados.



V - DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS.

Fatores Positivos

Recursos Tecnológicos

Foram implementadas soluções em ambiente tecnológico, com a finalidade de racionalizar procedimentos e, ainda, propiciar agilidade na realização das atividades e tarefas e apoio na tomada de decisões.

AmbiGI

Trata-se de aplicativo desenvolvido para extração de dados relacionados às áreas de Gestão de Pessoas, Logística, Patrimônio Imobiliário, Orçamento, Finanças e Contabilidade, permitindo informações abrangentes e atualizadas por meio de relatórios gerencias ou avaliação de dados exclusivos de consultas em telas.

PAD-CGU

Trata-se de aplicativo desenvolvido em ambiente Web com a finalidade de registrar e acompanhar os procedimentos de cobrança administrativa e judicial dos benefícios irregulares, passíveis de ressarcimento por prejuízos causados ao erário oriundos dos Procedimentos Administrativos Disciplinares, os quais foram julgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS.

Sistema de Demandas

Desenvolvido em ambiente Web pelo Serviço de Assuntos Estratégicos – SAEST da Auditoria Geral para controle das demandas internas e externas de extrações e cruzamentos entre bases de dados, com o objetivo de catalogação das demandas solicitadas pelas Coordenações de Auditoria, Diretorias, Presidência e por força dos Planos de Trabalhos elaborados a partir dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT firmados com alguns Estados



da Federação. Este aplicativo permite avaliação das solicitações e, após sua aprovação, a identificação do responsável pelo atendimento, a simplificação e o registro das informações produzidas. Em relação às etapas realizadas para atendimento aos usuários, registra-se que o sistema envia automaticamente e-mails com os resultados, com a finalidade de controle das etapas desenvolvidas.

Matriz de Risco

Implementação e utilização de Matriz de Risco em ambiente Web, com enfoque nos processos instituídos por intermédio de resoluções, mapeamento e identificação dos riscos, a partir de informações coletadas em trabalhos anteriores e em reuniões com os gestores, considerando-se a materialidade, relevância e criticidade. Para definição dos objetos e escopos, também foram analisados e priorizados, por meio da matriz, os processos e subprocessos vitais para a instituição.

Mineração de Dados

Foi realizado em parceria com a Dataprev, trabalho de Mineração de Dados com o objetivo de identificar automaticamente, com o auxílio de técnicas estatísticas e de mineração de dados, com foco nos segurados e nos benefícios, tornando a atividade mais ágil e direcionada aos benefícios com maior presença de indícios de irregularidades no reconhecimento/manutenção referentes a benefícios ativos. Neste caso foram avaliadas as espécies 32, 92, 21 e 93.

Portal de Auditoria Contínua

Com o objetivo de sistematizar os trabalhos de Auditoria relativos à Avaliação de Riscos e Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT foi disponibilizada em 10/10/2016, em ambiente de produção, a primeira versão do Portal de Auditoria Contínua, para utilização dos módulos Sistemas de Risco e PAINT.

Esse portal possibilita a avaliação e consolidação dos riscos de forma sistêmica, assim como a apresentação do PAINT.



Acordos de Cooperação Técnica

Em prosseguimento aos trabalhos de detecção de acumulação ilegal de cargos públicos e de recebimento indevido de benefícios relativos ao Regime Geral de Previdência Social, houve a formalização de novos Acordos de Cooperação Técnica com o Distrito Federal e os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Fatores Negativos

Aposentadorias

O quantitativo de aposentadorias dos servidores que atuam na auditoria foi crescente no exercício de 2016, o que representou o emprego de maiores esforços visando superar as dificuldades no planejamento e execução das atividades, em razão da perda significativa do conhecimento tácito.

Contingenciamento Orçamentário

O contingenciamento orçamentário resultou em maiores dificuldades na realização dos trabalhos programados para o exercício de 2016, reduzindo de forma significativa o período de realização das ações em campo e as atividades de supervisão, reuniões técnicas e realização de treinamentos e capacitações.

Estruturação das atividades de Auditoria em Sistemas

A necessidade de estruturação da área de sistemas impactou de forma negativa na realização dos trabalhos relativos à Macroação nº 11/2016 - Auditoria no Sistema de Pagamento de Benefícios – SISPAGBEN, que estava prevista para o exercício de 2016, visto a necessidade de servidores e de capacitações específicas.



VI - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA, TEMAS E A RELAÇÃO COM OS TRABALHOS PROGRAMADOS.

Vale registrar as dificuldades administrativas, orçamentárias e financeiras enfrentadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS – CFAI para viabilização da grade curricular correspondente aos cursos de qualificação e reciclagem em conformidade com a previsão no PAINT/2016, aliada a exigência governamental de redução dos custos, que incentivou a oferta de cursos na modalidade à distância - EaD, em detrimento de ofertas presenciais. Contudo, houve a participação de 191 servidores em 83 cursos ofertados, conforme demonstrativo:

Capacitações	Carga Horária do Curso	Quantidade de servidores	Total Carga Horária Utilizada
Ambientação de Tutores	10	2	20
Aposentadoria LC 142	10	1	10
A Previdência Social dos Servidores Públicos	30	1	30
Aprender a Distância	3	1	3
Assédio Moral	10	5	50
Atendimento ao Cidadão	20	1	20
<i>Audit Command Language</i> - ACL Avançado	24	2	48
<i>Audit Command Language</i> - ACL Intermediário	24	3	72
Avaliação de Desempenho – Plantando e Colhendo Bons Frutos	5	1	5
Capacitação Perspectivas, Projetos em Aprendizagem	24	1	24
Cérebro Ativo - Memória Saudável	16	7	112
Certidão de Tempo de Contribuição - CTC	7	1	7
Certificado <i>Pentaho Data Integration – Kettle - ETL Open Source</i> - Fundamental + Avançado	16	3	48
Como Fazer Investimento - Básico (FGV)	12	1	12
Como Planejar a Aposentadoria (FGV)	10	1	10



Capacitações	Carga Horária do Curso	Quantidade de servidores	Total Carga Horária Utilizada
Controle Social (Enap)	20	1	20
Crédito Especial	7	1	7
Curso de Ambientação para Novos Servidores	20	1	20
Curso de Empreendedorismo (ABED)	60	1	60
Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos (CGU/RJ)	14	2	28
Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos – 7ª Edição	16	2	32
Curso Extrator de Dados e Data Warehouse - SIAPE	40	2	80
Curso Superior de Inteligência Estratégica (externo- ESG)	630	1	630
Curso Superior de Política e Estratégica - ESG	190	1	190
11º <i>Integrity Forum</i> 2016	8	7	56
14º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	16	1	16
Deveres e Proibições	10	7	70
Deveres e Responsabilidades do Servidor Público Federal	60	1	60
Didática Básica	10	2	20
Direitos Humanos	10	3	30
Educador Previdenciário	7	1	7
Ética e Serviço Público	10	6	60
E-social Projeto do Governo Federal	5	1	5
Fiscalização dos Contratos de Terceirização de Serviços pela Administração Pública de Acordo com as Alterações da IN nº 02/08.	24	2	48
Formação de Brigadistas de Incêndio	8	10	80
Fórum Trilhas de Aprendizagem	8	1	8
FUNPRESP	5	2	10
Gerenciamento de Projetos	10	3	30



Capacitações	Carga Horária do Curso	Quantidade de servidores	Total Carga Horária Utilizada
Gestão de Contratos e Planilha de Custos e Formação de Preços	32	2	64
Gestão de Contratos na APS	5	2	10
Gestão de Equipes	15	1	15
Gestão de Informação e Documentação	20	4	80
Gestão de Materiais	5	2	10
Gestão de Risco de Projetos	30	1	30
Gestão de Riscos e Controle Interno	18	11	198
Gestão de Riscos e Integridade Pública	7	2	14
Gestão de Riscos no Setor Público	20	3	60
Gestão Estratégica	10	4	40
Gestão Estratégica com o Uso do <i>Balanced Scorecard</i> - BSC	20	1	20
Gestão por Processos	15	4	60
Gestão sob a Ótica de SQVT	10	3	30
Governança e Gestão de Risco	30	1	30
Grupo de Estudo em Tesouro Gerencial	16	2	32
História Ilustrada da Previdência	8	1	8
Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos	30	2	60
Libre Office Calc	5	1	5
Libre Office Writer	5	2	10
Noções Básicas de Legislação Previdenciária	14	4	56
Orçamento Público: Conceitos Básicos	30	1	30
Palestras Formativas – Analistas do Seguro Social – 2016	8	5	40
Plano de Ação 2016	6	1	6



Capacitações	Carga Horária do Curso	Quantidade de servidores	Total Carga Horária Utilizada
Prática da Legislação de Pessoal Lei nº 8.112/90 Alterada pelas Leis nºs 11.784/08, 11.907/09, 12.269/10 e 12.527/11 e Aplicação da Nova Súmula Vinculante STF nº 33/14 e das ON/MP nº 15/13 e ON/MP nº 16/13 Alterada pela ON nº 05/14.	24	3	72
Prestação de Contas de Convênios	15	1	15
Prestação de Contas de 2015: Orientações Sobre Normas e Procedimentos para Elaboração	2,5	6	15
Projeto Educação para Aposentadoria	1	1	1
Reabilitação Profissional	15	1	15
Rescisão do Contrato, Aplicação de Sanções e a Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões.	16	2	32
Responsabilidade Socioambiental	5	2	10
Sala de Monitoramento	10	4	40
Salário Maternidade	10	1	10
Segurado Contribuinte Individual	10	1	10
Segurança da Informação e Comunicações	5	2	10
Seguro Desemprego Pescador Artesanal	10	1	10
Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público	24	1	24
Seminário de Gestão de Pessoas: A Arte de Liderar e Coordenar Grupos e Equipes	7	1	7
Seminário de Gestão de Pessoas: Experiências Práticas na Implementação da Gestão por Competências no Setor Público	7	1	7
Seminário de Gestão de Pessoas: Fundamentos e Tendências	21	1	21
Seminário de Gestão de Riscos	16	3	48
Sistema Integrado de Benefícios - SIBE	5	1	5
Tomada de Contas Especial	10	1	10



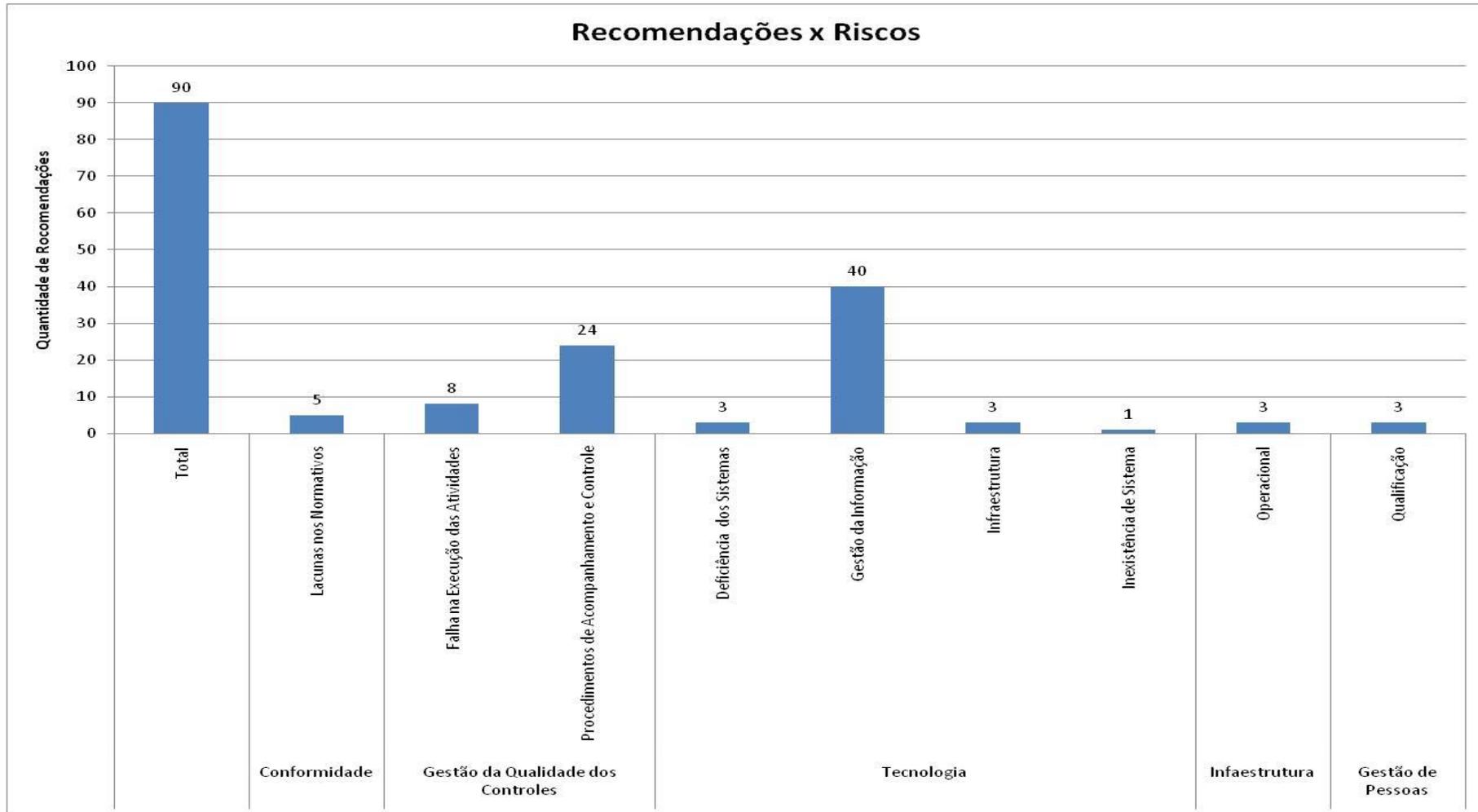
Capacitações	Carga Horária do Curso	Quantidade de servidores	Total Carga Horária Utilizada
Tópicos Avançados em Gestão de Risco	30	1	30
Treinamento & Desenvolvimento – <i>In Company</i>	24	1	24
Treinamento em Serviço – Analistas do Seguro Social – 2016 - Auditoria	70	5	350
TOTAL		191	3.712



VII - QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS NA DATA DE ELABORAÇÃO DO RAINT, COM A INCLUSÃO, NESTE CASO, DOS PRAZOS DE IMPLEMENTAÇÃO E AS JUSTIFICATIVAS DO GESTOR.

De acordo com os dados extraídos do Sistema de Controle de Demandas Externas - CondexWeb tem-se, em síntese, as informações:

Diretoria	Total	Implementada	A Implementar	A Implementar no Prazo	Pendente	Justificativa
Atendimento	08	00	08	00	08	Fora do Prazo
Benefícios	49	00	49	00	49	Fora do Prazo
Engenharia	01	00	01	00	01	Fora do Prazo
Gestão de Pessoas	11	00	11	07	04	No prazo
Logística	06	00	06	05	01	No prazo
Orçamento, Finanças e Contabilidade	03	00	03	02	01	No prazo
Saúde do Trabalhador	06	00	06	00	06	Fora do Prazo
Tecnologia	20	00	20	00	20	Fora do Prazo
TOTAL	104	00	104	14	90	



Auditoria Interna do INSS
Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 2, Bloco “O” CEP: 70.070-946
Telefone: (061) 3313-4993 / 3313-4579 / 3313-4584



VIII - DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO.

Dentre os objetivos vinculados aos direcionadores estratégicos, destaca-se “Fortalecer os controles internos, o combate a fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional”. Nessa perspectiva a atuação da Auditoria, em observância ao alinhamento de suas ações, está centrada na avaliação dos controles internos sob a ótica de risco com a finalidade de aperfeiçoar e contribuir para a melhoria do processo de gestão por resultados.

Nesse contexto a ênfase dos trabalhos concentrou-se em uma postura mais comprometida com a produtividade organizacional e os ganhos de eficiência, e estão voltados à verificação da qualidade da gestão, em especial, no aspecto da responsabilidade da alta administração na definição dos limites éticos que balizam a instituição.

Assim, a partir da avaliação dos instrumentos de controle a Auditoria, com a finalidade de antecipar e prevenir riscos institucionais em sua origem, contribuiu para as questões abaixo relacionadas:

- ✓ à revisão de normas e procedimentos;
- ✓ à elaboração de manuais voltados a operacionalização e fluxo dos processos;
- ✓ ao desenvolvimento de programa de treinamento e capacitação;
- ✓ às melhorias em sistemas;
- ✓ ao controle das fraudes e minimização dos erros involuntários;
- ✓ à revisão periódica dos controles utilizados para gerenciamento dos riscos identificados;
- ✓ ao alinhamento às normas internas; e
- ✓ à redução de custos e recuperação dos prejuízos causados ao erário.

Em relação à redução dos custos, vale enfatizar que as atividades de ações contínuas em relação à Folha de Pagamento de Benefícios do RGPS, aos Pagamentos Alternativos de Benefícios (PAB) e créditos diários da folha de pagamento de servidores e



contratos continuados levaram à identificação dos valores processados, evitando o pagamento indevido conforme segue:

Área	Economia (R\$)	Prejuízos (R\$)
Benefícios	49.223.591,57	43.519.989,73
Logística	1.110.000,00	0,00
Gestão de Pessoas	286.259,28	269.998,73
Total	50.619.850,85	43.789.988,46

Merece destaque, ainda, as ações que vem sendo realizadas junto aos gestores para obtenção de melhores resultados no acompanhamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, bem como das recomendações da Controladoria Geral da União – CGU.

Vale ressaltar os índices expressivos atingidos em relação às recomendações formuladas pela Auditoria Interna do INSS, em razão das ações de busca de soluções, disseminação dos sistemas de controle e inserção dos gestores no ambiente web para o atendimento das demandas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os temas e resultados apresentados se pode concluir que a atuação da Auditoria Interna do INSS guardou aderência com o planejamento estabelecido para o exercício de 2016, o qual foi elaborado visando o aperfeiçoamento dos controles internos, a implantação da gestão de riscos e a melhoria contínua operacional, componentes essenciais e que contribuíram para o atingimento dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação preventiva, além de atender às necessidades da Instituição a Auditoria Interna vem continuamente aprimorando o planejamento e a execução de suas ações.

Conclui-se, então pelos princípios norteadores utilizados na elaboração deste documento, inerentes relacionados à legalidade, boas práticas de governança, eficiência, eficácia e à aplicação dos recursos disponibilizados, que os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna do INSS fortaleceram os controles e contribuíram para que os atos da gestão guardassem aderência à legislação vigente.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017.

FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES ARAÚJO
Coordenador-Geral de Auditoria em Benefícios

GUILHERME PEIXOTO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna

SÉRGIO ANTONIO CRUZ BRAGA
Auditor-Geral

Auditoria Interna do INSS
Setor de Autarquias Sul – SAUS, Quadra 2, Bloco “O” CEP: 70.070-946
Telefone: (061) 3313-4993 / 3313-4579 / 3313-4584